

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Plenario

INTERESSADO/MANTENEDORA			UF		
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO					
ASSUNTO Normas para a avaliaçã	o continuada dos cursos de	e graduação			
					
RELATOR: SR. CONS. Ib Gatto Falc	cão, Jacks Grinberg, Zilma G	. Parente de Barro	OS .		
PARECER NO 7 10/89	cão, Jacks Grinberg, Zilma G	. Parente de Barro	30/08/89		

I - RELATÓRIO

Para relatar a matéria consequente à apreciação das Indicações for muladas pelos Conselheiros Virgínio Cândido Tosta de Souza ,Arnal do Niskier, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Yugo Okida, Ernani Bayer, Ib Gatto Falcão e Jacks Grinberg, foi designada pelo Pre sidente da Câmara de Ensino Superior, Conselheiro Arnaldo Nis kier, uma Comissão, constituída pelos Conselheiros Ib Gatto Fal cão, Jacks Grinberg e Zilma Gomes Parente de Barros.

A Comissão reuniu-se em 04.07.89 e deliberou, como meto dologia de trabalho, o seguinte:

- a) proceder à análise sucinta dos documentos amplamente examinados e discutidos pela Câmara, com o relacionamento das conclusões firmadas e aprovadas;
- b) elaborar um anteprojeto de resolução, definindo as me didas adotadas pela Comissão, para exame da Câmara e posterior apreciação pelo Plenário do CFE;
 - c) apresentar justificativa da proposta do anteprojeto.
- 2. Foram presentes à Comissão, enviados pelo Plenário do Conselho, indicações dos Conselheiros nominados no parágrafo an terior, cuidando, sob vários aspectos, do problema da avaliação

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

e qualidade do ensino, bem como contendo algumas posições executivas, solicitando providências específicas, em relação a algumas institui cões de ensino superior.

Também houve proposição, considerando o acompanhamento de uni versidades recémcriadas e fixando prazos.

Na mesma direção e com maior amplitude, foi considerada propôs ta relativa ao ensino médico, com variadas sugestões de medidas, con sideradas indispensáveis ao aprimoramento e reestruturação desse im portante setor educacional.

Da forma, mereceu competente acolhimento, mesma registro abrangente Indicação, relativa ã informatização dos traba proposta lhos do Conselho, como especialmente codificação e ordenamento da jurisprudência, constante dos julgados do Colegiado, no interesse de subsidiar relativas problemas educacionais. submeti as decisões aos dos ao CFE.

Também,a Comissão dedicou o melhor apreço e interesse à exaus tiva pesquisa do Conselheiro Jacks Grinberg_f sobre as sucessivas deci sões do CFE, relativas aos problemas da avaliação e da qualidade do ensino, asseguradoras do reiterado propósito do Colegiado, acerca do relevante problema, objeto do presente documento.

Tudo considerado, a Câmara de Ensino Superior, sem discrepância concluíu pela validade da atualização da legislação vigente, constante das resoluções sucessivamente prolatadas e no interesse do atendimento das preocupações constantes das Indicações em exame, que foram consi deradas válidas, oportunas e merecedoras de instrumentos normativos, asseguradores do seu cumprimento e execução.

3. A Câmara, em função das considerações contidas no item anterior, exa minou a documentação existente, concluindo que a solução cabível seria a elaboração de anteprojeto de resolução, atualizando a legislação an terior, consolidando-a mesmo e aduzindo dispositivos capazes de asse gurar a execução das providências constantes das Indicações apreciadas e consideradas, repetimos, válidas e oportunas.

Também, foi ponto pacífico, na discussão da Câmara, que o ante projeto de resolução ora aventado deveria conter - embora sucintamente, como convém a documentos dessa espécie — não só as normas capazes de permitirem a desejada avaliação continuada do ensino de graduação, co

mo o conhecimento da qualidade do processo educacional mas também a proposta de criação de estrutura administrativa capaz de implementar as provi dências previstas.

Outrossim, considerou a Comissão oomo válido o aproveitamento dos anteprojetos constantes da Indicação do Conselheiro Ib Gatto Falcão e do Relatório do Conselheiro Jacks Grinberg, conseguindo, desse somató rio, a elaboração de documento capaz de atender às providências constantes da matéria objeto do presente estudo.

Considerou, finalmente, a Comissão como oportuno incorporar ao An teprojeto dispositivos vigentes" de resoluções anteriores e compatibili zadas com as decisões ora adotadas pela Câmara.

4. Anteprojeto de Resolução (Ver anexo)

5. Justificativa

O anteprojeto ora formulado procura atender aos princípios renova dores das indicações que lhe deram origem, no interesse da melhoria do processo educacional brasileiro, como também do aprimoramento das atividades do Conselho Federal de Educação, na área do ensino superior de graduação. Inovou o trabalho ao dedicar especial atenção ao processo de avaliação de qualidade, concebida em três fases, definindo-lhes as me tas, diretrizes e fundamentos, como também criando serviço especifico para a boa execução dos propósitos colimados. Cuidou o atual anteproje to de instituir a norma de fixação de coneitos de desempenho, estimulan do as instituições para uma construtiva emulação, como permitindo a ado ção de providências capazes de melhoria do ensino e aproveitamento dos alunos.

Não esqueceu o projeto o problema do perfil profissiográfico dos educandos, informe considerado de alta importância, em função, não só do conhecimento cultural puro, como também do aspecto aplicativo do exercido profissional, Este interesse é da mais alta relevância no país, consideradas as disparidades regionais e múltiplos desafios da geografia e dos núcleos populacionais, das condições sociais, como in fluindo na ãrea dos problemas ríosológicos das varias regiões.

Outrossim, o projeto procura prover o CFE de universo importante e indispensável de informações capazes de transmitir aos seus órgãos judi cantes o justo conhecimento das realidades dos problemas que lhe são sub metidos. Delineia o projeto um divisor de águas na política da estrutu ração da vida educacional, na área do ensino superior. Hoje, o CFE rece be solicitações de organizações educacionais, requerendo sua chancela

para a implantação de cursos e unidades de ensino. Submetem-se, pelo crivo das análises das cartas-consulta, às decisões que dizem da neces sidade social dos cursos propostos, da idoneidade das mantenedoras e, se prevalecem esses e outros requisitos, apresentam um projeto, aguar dam uma autorização, pleiteiam um reconhecimento e então implanta-se um profundo hiato entre a instituição e os órgãos educacionais autorizado res e fiadores da legitimidade e validade do processo educativo. Somen te na hora de crises,que não eclodem subitamente ou antes evoluem sub repticiamente, vêm ao Conselho as queixas, as denúncias, determinado ras de difíceis processos e lenta solução. Então,com lamentável prejuí zo, se instaura um período de atropelos e dificuldades, que acenam com providências radicais, que aparentemente constituem solução, mas não impedem os percalços vividos pelo ensino, no caminho tortuoso e difícil dos litígios, do contraditório e, mesmo, da deteriorização da harmonia indispensável ao construtivo evoluir do processo educacional.

Inaugura o anteprojeto, acorde com os dispositivos constitucio nais e com a boa doutrina da melhor orientação educativa, a sistemáti ca da supervisão, da verificação progressiva e periódica, da avaliação continuada, prevendo e prevenindo carências, distorções e desentendimen tos e assegurando, pela permanente atenção e conhecimento da vida da instituição, a atualização técnica e científica, a integração pedagógi ca, contribuindo, em última, análise, para o aperfeiçoamento do processo educativo. Criando estrutura adequada, definindo sua metodologia de tra balho, adotando, naturalmente,os 'avanços da tecnologia e da informática é de esperar um florescimento das instituições, associando a colabora ção indispensável e competente dos especialistas nas diferentes áreas, como o surgimento de um trabalho mais dinâmico do Conselho,à altura de suas altas responsabilidades e do desafio que enfrenta, como órgão supe rior normativo da educação nacional. Integrado aos órgãos do Ministério da Educação, atento, porque melhor informado da vida das instituições, acreditamos que o CFE mais crescerá no conceito nacional.

6. Conclusão da Câmara

A Câmara de Ensino Superior aprova o relatório da Comissão Especial, constituída pelos Conselheiros Ib Gatto Falcão, Jacks Grinberg e Zilma Gomes Parente de Barros, bem como o Anteprojeto de Resolução em Anexo.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1989.

Cimeler triplier

. Presidente

ALC/CFE	7 PARECLA NO	PROC. Nº
comissão:	the fin	
J.	aveited form.	
Conselheiros:	•	
Lai	no Leitao	
	Luner (.	
	1101	
<u></u>	17/	
	ER munaico	
•		
A		
<u> </u>	(m)	
	X" / / /	1
	I framo on hu	3
A	, /	

ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº de de 1989

Fixa normas para a avaliação continuada do padrão de qualidade dos cursos de gradua ção, criados ou autorizados a funcionar nas Instituições de Ensino Superior(IES), vin culadas ao Sistema Federal de Ensino.

0 Presidente do CFE, atribuições, tendo vis de suas em no uso legislação dispõe considerando vigor e conclusões do ta que em as Parecer n? /89, homologado pelo Ministro da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - A sistemática de avaliação do padrão de qualidade dos cursos de graduação, criados ou autorizados a funcionar nas IES vin culadas ao Sistema Federal de Ensino, obedecerá ás normas da presente Resolução.

Art. 2° - A sistemática de avaliação compreenderá três fases :

- a) supervisão
- b) verificação
- c) avaliação
- Art. 3° A fase de supervisão, de carater preventivo, será aquela processada, periodicamente, pelos órgãos próprios de Assistên cia Técnica do MEC, com o objetivo de evitar ou corrigir eventuais fa lhas no funcionamento das IES.
- § 19 A supervisão será exercida direta ou indiretamente, atra vés da análise de relatórios informativos, elaborados, anualmente, pelas IES, contendo informações sobre o funcionamento dos cursos de gradua ção por elas mantidos.

- § 2° Os relatórios mencionados no parágrafo anterior serão elaborados em duas vias e remetidos ao MEC e ao CEE, neles devendo oons tar, dentre outros, os seguintes tópicos:
- 1. Informação geral sobre a Instituição
 - 1.1. Dados de identificação
 - 1.2. Objetivos gerais da IES
 - 1.3. Cursos oferecidos
 - 1.4. Natureza jurídica: ato de legalização do seu funcionamento
 - 1.5. Estrutura administrativa
 - 1.6. Situação económico-financeira e patrimonial
- 2. Informações sobre o Curso
 - 2.1. Perfil profissiográfico do diplomado
 - 2.2. Estrutura curricular
 - 2.3. Metodologia do ensino-aprendizagem
 - Avaliação do rendimento escolar: -índices de aprovação, reprova
 ção e evasão
 - 2.5. Recursos Humanos
 - 2.5.1. Corpo docente em atividade
 - 2.5.2. Corpo técnico-administrativo
 - 2.6. Infra-estrutura física: instalações e equipamentos
 - 2. 7. Corpo discente
 - 2.8. Estrutura acadêmico-administrativa
- Art. 4° A fase de verificação terá por objetivo comprovar, periodicamente, a regularidade de funcionamento dos cursos de gradua ção.
- § 1° A verificação será efetivada com a participação de Comissão Especial, designada pelo CFE, para observar "in loco" as con dições de funcionamento do curso, elaborando relatório circunstanciado, no qual se baseará o CFE para emitir parecer sobre a regularidade funcional do curso, a ser apreciado pelo seu plenário.

- § 2º A periodicidade referida no caput deste Artigo terá li mite máximo de cinco anos, sendo a verificação efetuada ex-officio pe lo CFE, segundo ordem de prioridade a ser estabelecida.
- 3° A primeira verificação deverá processada ser antes da do curso»regularmente criado conclusão turma ou autorizado ,deven do a IES requerê-la junto ao CFE, em tempo hábil, de acordo com as instruções a serem baixadas sobre a matéria.
- § 4° A declaração de regularidade do curso, feita pelo CFE, na forma do parágrafo primeiro, é condição indispensável á validade dos diplomas para qualquer efeito.
- Art. 5° A fase de avaliação consistirá, essencialmente, na atribuição periódica, por parte do CFE, de conceito sobre o desempenho do curso, julgado em função de seus objetivos e segundo indicadores de qualidade, assumidos como padrão de excelência.
- §1º- O CFE contará com a colaboração de Comissões de Espe cialistas, recrutados nas áreas de atuação dos cursos, para proceder á avaliação mencionada no caput deste Artigo.
- §2º- O processo de avaliação levará, ainda, em conta as informações das IES sobre o funcionamento de seus cursos, os Relatórios das Comissões Especiais e outros documentos existentes no CFE ou no MEC, referentes aos mesmos.
- § 3° Os resultados da avaliação serão expressos em parecer conclusivo do CFE, com a fixação de conceitos sobre níveis de qualida de, atribuidos a cada curso, contendo, se necessário, sugestões ou re comendações para a melhoria do seu desempenho.
- § 4° A primeira avaliação deverá ser processada após, no máximo, cinco anos de funcionamento do curso.
- §5º- O intervalo para nova avaliação não deverá ultrapassar o periodo de dez anos.

Art. 6° - Quando os resultados das fases de supervisão, veri ficação ou avaliação indicarem qualquer irregularidade no funcionamento da IES ou insatisfatório desenvolvimento das atividades curriculares do curso, será determinada pelo CFE a adoção de medidas que a situação vier a requerer.

7° – Art. Para dar cumprimento às disposições da presente Re o CFE serviço especial apoio solução, criará um de ao processo de ava continuada de qualidade ensino graduação, liação do padrão do de

o

qual terá, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) organização de dossiê relativo a cada IES e aos cursos de graduação por e1a mantidos,com as respectivas informações, permanen temente atualizadas;
- b) análise dos relatórios anuais elaborados pelas IES e atua lização das respectivas informações;
- c) envio à CESu/CFE das conclusões das análises procedidas com as anotações pertinentes, para conhecimento da Câmara, que poderá de terminar a adoção das providencias que se fizerem necessárias;
- Art. 8° A Presidência do CFE praticará todos os atos admi nistrativos necessários ao cumprimento da presente Resolução.
- Art. 9° Aos cursos de graduação, já autorizados e reconheci dos sob a sistemática anterior, serão aplicadas, as disposições da presente Resolução.

Art. 10 – Esta Resolução entrará em vigor pós a homologação ministerial, revogadas as disposições em contrário.

s and settembroids

IV - DECISÃO DE PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade, o Parecer e decidiu encaminhar o processo à Câmara de Legislação e Normas para ajustar artigos do projeto de Resolução.

Sala Barretto Filho, em 30 de agosto de 1989

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar	livros	de A	Δdm	inis	tracão
Duinui	11 4 1 0 0	ac_{I}	MILL	11 110	uquo

Baixar livros de Agronomia

Baixar livros de Arquitetura

Baixar livros de Artes

Baixar livros de Astronomia

Baixar livros de Biologia Geral

Baixar livros de Ciência da Computação

Baixar livros de Ciência da Informação

Baixar livros de Ciência Política

Baixar livros de Ciências da Saúde

Baixar livros de Comunicação

Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE

Baixar livros de Defesa civil

Baixar livros de Direito

Baixar livros de Direitos humanos

Baixar livros de Economia

Baixar livros de Economia Doméstica

Baixar livros de Educação

Baixar livros de Educação - Trânsito

Baixar livros de Educação Física

Baixar livros de Engenharia Aeroespacial

Baixar livros de Farmácia

Baixar livros de Filosofia

Baixar livros de Física

Baixar livros de Geociências

Baixar livros de Geografia

Baixar livros de História

Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura

Baixar livros de Literatura de Cordel

Baixar livros de Literatura Infantil

Baixar livros de Matemática

Baixar livros de Medicina

Baixar livros de Medicina Veterinária

Baixar livros de Meio Ambiente

Baixar livros de Meteorologia

Baixar Monografias e TCC

Baixar livros Multidisciplinar

Baixar livros de Música

Baixar livros de Psicologia

Baixar livros de Química

Baixar livros de Saúde Coletiva

Baixar livros de Serviço Social

Baixar livros de Sociologia

Baixar livros de Teologia

Baixar livros de Trabalho

Baixar livros de Turismo